

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LAYSA MARIA MARQUES DE ASSIS VISCARDI**

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E  
ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS NO CMDCA DE  
CRICIÚMA**

**CRICIÚMA**

**2024**

**LAYSA MARIA MARQUES DE ASSIS VISCARDI**

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E  
ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS NO CMDCA DE  
CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Manoel Vilsonei Menegali

**CRICIÚMA**

**2024**

**LAYSA MARIA MARQUES DE ASSIS VISCARDI**

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E  
ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS NO CMDCA DE  
CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

Criciúma, 24 de junho de 2024. (data da defesa)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Manoel Vilsonei Menegali - Mestre - (UNESC) - Orientador

Profa. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Doutora - (UNESC)

Profa. Carolina Citadin Milanezi - Especialista - (UNESC)

**Dedico este trabalho a Jesus, ao meu esposo  
e aos meus pais**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele eu certamente não estaria aqui. Agradeço ao meu marido, pois me amparou em tempos difíceis, quando tudo que eu queria era desistir, ele não deixou. Agradeço aos meus pais, que me ajudaram e me apoiaram imensamente em toda a minha trajetória acadêmica. Gostaria de agradecer também a todo o corpo acadêmico da UNESCO, que de alguma forma também contribuíram para a minha formação. Em especial, ao meu orientador, que não desistiu de mim, me mostrou que eu era capaz, e sempre me incentivou a fazer muito além do que eu achava que podia. Obrigada!

**“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo”**

**Martin Luther King**



## CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS NO CMDCA DE CRICIÚMA

Laysa Maria Marques de Assis Viscardi<sup>1</sup>

Manoel Vilsonei Menegali<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa os desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil (OSCs) na elaboração de projetos submetidos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em Criciúma, e as estratégias adotadas para superá-los. Diante do exposto, a pesquisa propõe entender os principais desafios e estratégias relacionados ao processo de elaboração desses projetos. A metodologia utilizada é qualitativa, baseando-se em entrevistas semiestruturadas com representantes das OSCs e na análise dos editais. Os principais desafios identificados incluem a complexidade dos formulários de inscrição, a necessidade de atender a processos burocráticos rigorosos e a carência de recursos técnicos e financeiros. Para enfrentar essas dificuldades, as OSCs aderem estratégias como a capacitação das equipes, a formação de parcerias com outras organizações, o uso de tecnologias de gestão e a busca por financiamento alternativo. Os dados levantados mostram que, apesar dos obstáculos, os projetos aprovados pelo CMDCA têm um impacto positivo na promoção dos direitos das crianças e adolescentes em Criciúma. A pesquisa conclui que simplificar os procedimentos de inscrição e encorajar o diálogo entre o CMDCA e as OSCs, são medidas essenciais para melhorar a eficácia e eficiência na elaboração e submissão dos projetos. Esses resultados sublinham a importância de um suporte contínuo e auxiliar para as OSCs na busca por soluções que atendam às necessidades locais e aos requisitos institucionais.

**PALAVRAS – CHAVE:** Organização da Sociedade Civil, elaboração de projetos, *Accountability*

**ÁREA TEMÁTICA:** Tema 02 - Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil está dividido atualmente em três setores na sociedade civil. O primeiro setor é o público, onde é composto por instituições dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário); também conhecido como Estado, o primeiro setor de acordo com Isuani (1984), pode ser definido como um acordo feito entre os cidadãos, ou por um grupo que se impõe sobre o outro.

---

1 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

2 Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



O segundo setor é o privado, onde se encontram empresas que visam o poder aquisitivo. É através desse setor que são gerados empregos para os cidadãos e satisfazem as necessidades deles. As empresas que o constituem se mantêm através da venda de produtos, bens e serviços. Nesse setor todos se beneficiam de alguma forma, seja como empresário, empregado ou consumidor (Instituto Fonte, 2012).

Por último, o terceiro setor funciona como um intermediário entre os dois setores mencionados anteriormente. Fernandes (1994), afirma que o mesmo é um setor privado, porém público, justamente por chegar onde o estado não alcança e as empresas privadas não interessa.

O terceiro setor visa prestar serviços à comunidade, mas sem fins lucrativos, em locais onde normalmente o serviço público não é eficiente. Entre as instituições abrangidas, estão as ONGs, organizações sociais associações de moradores, instituições religiosas, entidades beneficentes, entre outras que visam melhorar a qualidade de vida da sociedade (Freitas et al., 2019).

No conceito do terceiro setor estão incluídas tanto organizações formais quanto informais. As que contam com uma estrutura profissionalizada que atende a uma demanda extensa, em contraste com organizações menores (Carvalho, 1997). Segundo Costa Junior (1998), há também diferentes fontes de financiamento, enquanto umas são vinculadas ao estado ou a empresas financiadoras, outras não têm fontes regulares de financiamento. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) têm a necessidade constante de recursos financeiros, pois os serviços que ofertam não geram retorno financeiro e demandam investimentos contínuos. Uma das alternativas de financiamento é através de incentivos fiscais, onde o Estado abdica de parte do imposto devido para que as organizações possam desenvolver projetos em áreas nas quais o setor público não consegue agir efetivamente (Oliveira, 2014).

Uma forma de fomentar incentivos fiscais é mediante o Fundo da Infância e Adolescência, onde os recursos são alocados diretamente para garantir os direitos constitucionais de crianças e adolescentes (Medeiros, 2016). Instituído pela Lei Federal n.º 8.069 de 1990, o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) tem como objetivo principal assegurar os direitos fundamentais desses grupos. Os conselhos têm a responsabilidade, conforme a Resolução 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de apresentar políticas de proteção e defesa para eles, além de gerenciar o fundo, desenvolvendo editais e estabelecendo critérios e procedimentos para o financiamento de projetos por meio do FIA.

Dessa forma, a pesquisa foca nas dificuldades enfrentadas pelas instituições, que, muitas vezes, não têm a capacidade técnica necessária para executar projetos qualificados no ramo de investimento com incentivos fiscais.

Diante da afirmação acima, questiona-se: Como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em Criciúma lidam com os problemas no processo de elaboração, protocolamento, diligências, análise da comissão e gestão dos resultados dos projetos inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)?

A partir deste questionamento foi elencado como objetivo geral identificar o nível de preparação e dificuldades encontradas pelas OSCs ao analisarem os editais de chamamento público e interpretarem os requisitos exigidos. Dessa forma, foram definidos objetivos específicos. São eles: (i). identificar as Organizações da Sociedade Civil que atuam em benefício das crianças e adolescentes em Criciúma, (ii). analisar o



processo de elaboração de projetos para captação de recursos via CMDCA, identificando os eixos temáticos mais procurados e os critérios utilizados pelas OSCs para escolha dos eixos de inscrição e (iii). Examinar os procedimentos adotados pelas OSCs para protocolar propostas de projetos no GERR (Gestão de Recursos Repassados), bem como para responder às diligências e recomendações da comissão de projetos do FIA.

A justificativa para a pesquisa é o impacto social das OSCs que desempenham um papel crucial na promoção dos direitos e no atendimento às demandas de crianças e adolescentes, especialmente em situações de vulnerabilidade social. Essas organizações conseguem melhorar a qualidade e quantidade dos serviços prestados aos seus usuários.

Os desafios operacionais dizem respeito à criação e administração de projetos financiados por órgãos públicos, incluindo a complexidade dos editais, a necessidade de critérios rigorosos de avaliação, a necessidade de cumprir prazos rígidos e a administração eficiente dos recursos recebidos. Identificar e compreender esses desafios são passos fundamentais para soluções práticas e viáveis. Há pouco conhecimento acadêmico e prático sobre como administrar projetos no CMDCA, especialmente em Criciúma. O presente artigo pretende suprir essa lacuna, apresentando uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pelas OSCs e apresentando estratégias fundamentadas em evidências para superá-los.

Ao identificar as falhas e oportunidades para melhorar os processos de gestão de projetos financiados pelo CMDCA, o artigo contribui para o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, permitindo uma maior integração e cooperação entre as OSCs, o CMDCA e outros fatores relevantes. Dessa forma, a justificativa para este artigo se fundamenta na necessidade crítica de aperfeiçoar os mecanismos de apoio às OSCs em Criciúma, visando aumentar a eficiência na promoção dos direitos e no atendimento às necessidades de crianças e adolescentes, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento social e a justiça social na região.

O artigo vai apresentar em suas seções a fundamentação teórica, conceituando organizações do terceiro setor e organizações da sociedade civil, conceito de contabilidade e *Accountability*, fundo da infância e adolescência e a legislação basilar de um projeto de captação de recursos. Também serão apresentados os procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos dados e as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 TERCEIRO SETOR

O terceiro setor tem sido um meio muito importante no processo de assistência a sociedade carente. Ele pode ser definido como um conjunto de pessoas que visam de modo voluntário ajudar aqueles que necessitam. Em conjunto com o Estado, eles realizam ações visando o coletivo (Rothgiesser, 2007).

Segundo Mañas e Medeiros (2012), o terceiro setor surgiu no século XIX, através das igrejas, que criaram as Santas Casas de Misericórdia e outras instituições beneficentes com intuito de servir a comunidade desamparada pelo Estado.

A partir do século XX, outras religiões aderiram ao movimento. Porém, aos poucos, conforme a própria sociedade ia mudando, o relacionamento Igreja-Estado ia sendo modificado também. Com o aumento dos problemas sociais, o progresso da



industrialização e do comércio, surgiu a necessidade de aumentar a quantidade de entidades, que já não se restringiam mais apenas as igrejas, e sim a instituições não governamentais, que não tinham fins lucrativos e que visavam ajudar a população (Mañas; Medeiros, 2012).

Seu nome propriamente dito, “terceiro setor”, foi traduzido do termo em inglês: “*third sector*”. Nos Estados Unidos, ele é usado juntamente com outros termos, como “*voluntary sector*” e “*nonprofit organizations*”, respectivamente, setor voluntário e organizações sem fins lucrativos (De Albuquerque, 2006).

Tinoco (2008), sustenta algumas propriedades contábeis acerca das entidades do terceiro setor. Elas realizam sua própria gestão, não sendo controladas externamente; mesmo que sua fonte de recursos seja majoritariamente oriunda do governo, não são ligadas de forma institucional a ele; grande parte do trabalho desempenhado, bem como a gestão dessas instituições vem de mão de obra não remunerada; não podem distribuir nenhum tipo de *superavit*, independentemente de onde foi gerado, aos seus gestores e colaboradores.

O movimento do terceiro setor no Brasil começou a ganhar força por volta da década de 90, onde surgiu a promessa de resgatar a solidariedade e a cidadania, e a tentativa de eliminação da pobreza (Falconer, 1999).

No final da década de 1990 foi decretada a Lei do Terceiro Setor, chamada Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Por meio dela, as entidades não governamentais tinham um termo de parceria entre elas e o Estado, que liberaria recursos para suas finalidades desde que elas tivessem transparência administrativa (Oliveira; Sousa, 2015).

O Quadro 01 apresenta a legislação que regula as entidades do terceiro setor e as OSCs no Brasil, variando conforme a natureza jurídica e o tipo de atividade desempenhada por cada uma delas.

Quadro 01 Legislação do Terceiro Setor e OSC

(continua)

Legislação	Lei	Objetivo da Lei
Geral	1988	<b>Constituição Federal de 1988:</b> Embora não seja uma legislação específica para OSCs, a Constituição estabelece princípios fundamentais sobre a atuação de entidades privadas em áreas de interesse público, como assistência social, saúde e educação, relevantes para as OSCs.
	9.790/1999	<b>Lei das OSCIPs:</b> Estabelece critérios para que as organizações da sociedade civil se qualifiquem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, permitindo-lhes estabelecer parcerias e termos de colaboração com o poder público de maneira mais facilitada.
	10.406/2002	<b>Código Civil Brasileiro:</b> Define as regras gerais para associações e fundações no Brasil, incluindo aspectos de constituição, funcionamento e extinção.
Específica	12.101/2009	Regula o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social, concedendo isenções fiscais a entidades que atendem a certos requisitos na prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social.



(Conclusão)

Legislação	Lei	Objetivo da Lei
Específica	9.637/1998	<b>Lei das Organizações Sociais:</b> Estabelece normas para a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS), permitindo a gestão de serviços públicos não exclusivos do Estado
	8.742/1993	<b>Lei Orgânica da Assistência Social</b> - Regula a assistência social no Brasil, estabelecendo diretrizes para a atuação das entidades assistenciais.
Complementares	13.019/2014	<b>Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC:</b> Regula as parcerias voluntárias, termos de colaboração e de fomento entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Aplica-se a uma ampla gama de entidades do terceiro setor, incluindo as OSCs.
	IN RFB nº 1.700/2017	<b>Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017</b> - Estabelece normas para a isenção de tributos federais para entidades sem fins lucrativos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da regularização do terceiro setor, cada vez mais foi preciso aprimorar a prestação de contas e a transparência. Valência, Queiruga e Benito (2015), sustentam que a prestação de contas é uma forma da entidade garantir a confiança da sociedade e ainda mostrar que está cumprindo as promessas feitas ao adquirir os recursos, muitas vezes advindos de doadores e parceiros.

É importante, também, que a transparência seja feita de forma que qualquer pessoa tenha acesso, não somente as partes interessadas. A própria prestação de contas é uma forma de transparência, como, por exemplo, disponibilizar as demonstrações contábeis, e os portfólios de atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais (Nascimento; Olak, 2010).

## 2.2 CONTABILIDADE

Pode-se afirmar que a contabilidade é uma ciência aplicada, de natureza econômica, e que visa determinar posições devedoras e credoras da empresa, conhecer a situação patrimonial, analisar fatores passados, presente e futuros através do controle orçamental, entre outros (Monteiro, 2013).

### 2.2.1 Contabilidade e o Terceiro Setor

Atualmente, a contabilidade é utilizada por qualquer tipo de pessoa, seja ela física, jurídica, com fins lucrativos ou não, que precise realizar atividades econômicas, mesmo que essas atividades econômicas não sejam atividades-fim, como acontece nas entidades do terceiro setor (Alves; Bonho, 2018).

É de conhecimento geral que no Brasil as normas e práticas contábeis referente as organizações sem fins lucrativos ainda são embrionárias (Nascimento; Olak, 2010). Embora não possua o propósito de lucro convencional, as entidades do terceiro setor entendem que é fundamental serem gerenciadas. A contabilidade é responsável por prover as informações aos gestores para que eles possam realizar a



tomada de decisão, reforçando a importância das informações contábeis para a gestão das instituições do terceiro setor (Alves; Bonho, 2018).

De acordo com Ludícibus (2010), podemos agrupar os benefícios das informações contábeis no terceiro Setor em três grandes grupos: planejamento, controle e tomada de decisão.

No primeiro item, há o planejamento. A fase de planejamento é composta por analisar diversas opções de ação e, ao final, decidir qual é a melhor. As informações financeiras são de grande utilidade nos planejamentos empresariais, auxiliando nos orçamentos. Mesmo quando são casos de decisão isolada, é comum necessitar de uma quantidade considerável de informações contábeis. Pode-se dizer que é o momento em que são estabelecidos os objetivos e é determinado como serão atingidos (Ludícibus, 2010).

A seguir, vem o controle, que pode ser definido como uma forma de os administradores se certificarem de que, dentro do possível, tudo está sendo feito de acordo com o traçado no planejamento. Nessa fase, a contabilidade é essencial para o controle, e ajuda de algumas formas, tais como: meio de comunicação, relatando aos gestores sobre o andamento da organização através dos relatórios contábeis; meio de motivação, supervisionando o trabalho dos colaboradores e incentivando-os a trabalhar em prol do objetivo da entidade, investindo também na formação dos seus funcionários, e por fim, a contabilidade é essencial no controle por meio da verificação. Nessa parte, cabe à administração aferir a qualidade do serviço dos colaboradores. Essa avaliação pode resultar em aumento de salário, promoções, ações disciplinadoras e até mesmo demissões. Tudo isso afetará as demonstrações contábeis (Ludícibus, 2010).

Por fim, Ludícibus (2010), traz como o último dos três grandes grupos a tomada de decisão. Ele afirma que através do gerenciamento, a contabilidade precisa ter a capacidade de reduzir as incertezas, através das informações contábeis, o que fundamental na tomada de decisões. O processo decisório se dá através da tomada de decisão já elencadas na fase de planejamento, e pelas correções feitas quando o controle evidencia que o que está sendo feito não foi planejado.

A contabilidade então é essencial na parte do planejamento, onde se fixa todos os planejamentos estratégicos e os orçamentos operacionais, é necessária no controle, pois acompanha o que ocorre e compara com o que deveria estar ocorrendo e, por fim, é indispensável na tomada de decisões, onde evidencia as informações contábeis que são úteis aos gestores (Ludícibus, 2010).

### **2.2.2. Accountability**

Prestar contas de forma efetiva e transparente é um dos maiores desafios para todos os tipos de organização, uma vez que, cada vez mais, há concorrência pela confiabilidade e credibilidade independente do ramo de atuação. Para as entidades do Terceiro Setor, este princípio é a condição básica a ser realizada em busca da credibilidade diante da sociedade (Milani Filho, 2004).

Para executar a transparência em uma organização, é utilizado um instrumento muito importante, a qual é a *Accountability*. Seu estudo e utilidade dentro do Terceiro Setor é recente, entretanto devido ao crescimento desse setor, a *Accountability* se tornou agente de sustentabilidade, visto que estão inseridas em um ambiente desafiador onde há grande competição por recursos financeiros e não-financeiros, e as empresas que atenderem as necessidades dos doadores por



informações de forma mais satisfatória, terão maior chance de captar os recursos desejados (Milani Filho, 2004).

Carneiro, Oliveira e Torres (2011), dizem que *Accountability* é uma expressão vinda da língua inglesa, que não possui tradução exata para o português, mas pode ser conceituado como prestar contas de forma responsável.

Pinho e Sacramento (2009) explicam que, buscando em dicionários a tradução do termo *Accountability* para o português, encontra-se que o conceito envolve obrigação de prestação de contas, controle, responsabilidade e transparência, se enquadrando assim nas instituições sem fins lucrativos, como uma forma de declarar que cumpriu sua missão, demonstrando que utilizou de forma correta os recursos provindos de doações.

Há dois tipos de prestação de contas: a financeira, que se relaciona a forma, ao destino, a repartição e alocação dos recursos financeiros, e a prestação de contas não financeira, que se refere aos relatórios em que são relatados o desenvolvimento das atividades exercidas pelas organizações. Nesses relatórios, as entidades expõem como e o que foi executado e para quem foram realizadas suas atividades, ou seja, seu interesse principal é no resultado obtido (Oliveira, 2009).

Cruz (2002), afirma que o doador entende que se ele não sabe como seus recursos foram utilizados, não consegue visualizar resultados e não se sente encorajado para doar novamente. Desta forma, é imprescindível que as instituições demonstrem a alocação de recursos para aqueles que investem em suas atividades, sejam órgãos governamentais, ou a população em geral.

Por outro lado, os interessados pelas informações podem ser de dentro ou de fora da entidade. E o principal interessado na prestação de contas das instituições sem fins lucrativos é o governo, pois é para ele que a prestação de contas é feita conforme a lei, com os convênios e os contratos. Outros possíveis interessados também são os doadores, os parceiros e os financiadores (Carneiro; Oliveira; Torres, 2011).

De acordo com Bettiol Júnior (2005), o benefício obtido pelas pessoas através dos serviços prestados pelas entidades do Terceiro Setor traz uma visibilidade maior para a organização, atraindo a atenção de doadores de recursos e da sociedade. Desta forma, desenvolver as demonstrações contábeis para que possam ajudar a satisfazer essas necessidades é fundamental.

No que se refere a escrituração e prestação de contas praticadas pelas entidades do terceiro setor, são diferentes dos procedimentos utilizados nas demais organizações jurídicas, pois as entidades sem fins lucrativos são enquadradas nas seguintes NBC Ts: NBC T 10.4 – Fundações; NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe; NBC T 10.19 - Entidade sem finalidades de lucros; NBCT; e NBC T 19.4 –Subvenção e Assistência governamentais (Carneiro, Oliveira e Torres 2011).

No quadro 02 é possível visualizar as demonstrações contábeis exigidas pelas NBC T's citadas acima, que devem ser registradas pelas instituições sem fins lucrativos.

Quadro 2 – Demonstrações Contábeis exigidas pelas NBC T's

(continua)

Demonstração	Descrição
Balanco Patrimonial	Evidência quantitativa e qualitativa, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.



(Conclusão)

Demonstração	Descrição
Demonstração do <i>Superavit</i> ou Déficit do Exercício	Evidencia a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Evidencia as mutações, em natureza e valor, no patrimônio social da entidade, num determinado período de tempo.
Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos	Evidência, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade.
Demonstração do Fluxo do Disponível	Apresenta a movimentação ocorrida nas contas do disponível da entidade (Demonstração do Fluxo de Caixa Realizado ou Balanço Financeiro).
Notas Explicativas	Contêm informações relevantes e complementares àquelas não suficientemente evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.

Fonte: Adaptado de Carneiro, Oliveira e Torres (2011)

Essas demonstrações contábeis devem ter como fundamento a comparabilidade, tempestividade, clareza e confiabilidade para que possam fornecer informações de forma clara, disponibilizando o acesso dos interessados na informação (CFC, 2010).

### 2.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A maioria das instituições do terceiro setor tem parcerias. Porém, para que a captação de recursos aconteça de forma eficiente, é muito importante que ocorra uma ligação harmônica entre os três setores (Estado, mercado e terceiro setor) (Flach, 2011).

A busca por parcerias, na intenção de captar recursos, é fundamental para assegurar a sustentabilidade das entidades do terceiro setor. Sendo assim, as organizações sem fins lucrativos precisam de estratégias para captar esses recursos, pois se trata de uma organização que não adquire receita através de lucros de vendas (como é o caso do segundo Setor) ou de impostos (Estado) (Flach, 2011).

A captação de recursos pode ser entendida também como toda e qualquer estratégia utilizada pelas organizações para arrecadar recursos, principalmente os financeiros, para execução das suas atividades e realização da sua missão (Freller, 2019).

A captação de recursos é um fator tão grande dentro das instituições de Terceiro Setor, que a forma como será feita precisa estar descrita em seu estatuto social, com risco de pena de nulidade. Este documento tem que conter as fontes de recursos que serão essenciais e irão garantir a manutenção da entidade. Sendo assim, para realizar a captação de recursos, deve-se planejar e acima disso, detectar possíveis doadores (Silva, 2010).

A falta de conhecimento sobre planejar e gerir uma organização de terceiro setor é um problema que interfere no êxito das entidades no cumprimento de suas funções. Cabe destacar que o planejamento e gestão organizacional são pontos fundamentais para a preservação de uma entidade ativa e produtiva (Tenório, 2015).

As instituições devem sempre procurar modificar seu plano de ação, exercendo novas estratégias, principalmente na parte de captação de recursos, visto



que esse é um dos desafios principais no que se refere as entidades do terceiro setor (Santos; Negrão; Saboya, 2018).

A escolha do público e direcionamento de estratégias específicas é uma ação fundamental das organizações no que se refere a captação de recursos, e deve ser parte integrante de cada projeto entregue as suas respectivas fontes doadoras (Campos; Silveira; Marcon, 2007).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados o enquadramento metodológico, as técnicas de coleta e análise de dados empregadas na pesquisa e a composição da amostra.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a abordagem de problema, a pesquisa se caracteriza como qualiquantitativa, sendo que nessa perspectiva se busca compreender e explicar as justificativas das situações, além de produzir e demonstrar informações da entidade. A pesquisa qualitativa concentra na compreensão das relações sociais, trabalhando com motivos, aspirações, valores, significados, crenças, e atitudes, objetivando a descrição, compreensão e esclarecimento de determinado fenômeno (Gerhardt e Silveira, 2009).

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois este tipo de pesquisa tem por objetivo descrever determinados fenômenos ou população, ou correlacionar algumas variáveis (Gil, 2019).

Referente a estratégia de pesquisa, se enquadrará em levantamento, pois de acordo com Michel (2015), esta estratégia busca as informações precisas para realizar um estudo analisando documentos e registros que pertencem ao objeto da pesquisa.

#### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi executada através de um questionário aplicado com os captadores de recurso das instituições de terceiro setor na cidade de Criciúma. O público-alvo da pesquisa foram as organizações que captaram recurso através do FIA, nos últimos 4 anos.

Além do questionário aplicado, foi realizado também pesquisa em editais e artigos científicos, monografias e publicações, para fundamentar a parte teórica. Ainda na parte de coleta de dados, através dos editais foi possível extrair dados importantes para poder elaborar o questionário, tais como objetivos de financiamento, critérios de avaliação e prazos.

O questionário consistiu em 17 perguntas, incluindo questões de múltipla escolha e perguntas abertas. Ele foi distribuído a todas as organizações registradas no CMDCA. Além disso, as entidades que obtiveram recursos entre 2018 a 2021 foram contatadas por telefone e *email*. Ao todo, 40 entidades foram contadas e 8 responderam o formulário. O questionário foi enviado via e-mail com um link para uma plataforma de pesquisa *online*, garantindo anonimato e confidencialidade.

### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS



A captação de recursos nas organizações do terceiro setor é essencial para garantir a continuidade e expansão de suas atividades sociais. Este processo requer a busca por financiamento através de diversas fontes, incluindo doações individuais, parcerias corporativas, e apoio governamental. Neste contexto, o papel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é fundamental.

O CMDCA atua como um órgão regulador e facilitador, que certifica projetos e organiza fundos específicos para a infância e adolescência, permitindo que as entidades acessem recursos de maneira mais estruturada e transparente. Ademais, o CMDCA assegura que os recursos captados sejam utilizados conforme as políticas públicas e diretrizes estabelecidas, garantindo maior credibilidade e eficiência no atendimento das necessidades sociais.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Atualmente, em Criciúma, há 40 organizações da sociedade civil (OSC) registradas no CMDCA. Estas entidades sem fins lucrativos e não governamentais têm a possibilidade de adquirir recursos através da certificação ou buscar financiamento diretamente pelo fundo geral.

As OSCs interessadas em estabelecer uma parceria em favor dos direitos das crianças e adolescentes, com o apoio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma (FMDCA), precisam estar devidamente cadastradas nos seguintes órgãos:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Portal da Transparência – Gestão de Recursos Repassados do Município de Criciúma (GERR).

Ademais, é necessário que essas instituições estejam em dia com a prestação de contas dos projetos em execução.

Os Fundos e Conselhos em diversas esferas civis, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, possuem distintas exigências e requisitos para projetos que procuram financiamento através do FIA. Diante dessas necessidades, é essencial que os projetos contenham algumas normas básicas.

Para requerer recursos através do chamamento público do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Criciúma, o desenho do projeto precisa estar em conformidade com critérios gerais, como leis e dispositivos legais voltados ao bem-estar de crianças e adolescentes, além dos critérios específicos definidos no edital.

As OSCs devem apresentar propostas de projetos de captação de recursos que estejam alinhadas com os eixos dispostos no edital, que se encontram no quadro 03. Estes eixos descrevem os objetivos que o projeto deve alcançar e o montante disponível para sua execução.

Quadro 3 – Eixos do edital de 2023

(continua)

Eixos	Objetivos	Recursos
EIXO I	Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, das medidas socioeducativas previstas nos artigos 90, 101, 112 e 129 da Lei n.º 8.069/90.	Até R\$ 22.500,00 mil reais.

(Conclusão)

<b>Eixos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Recursos</b>
EIXO II	Acolhimento, sob forma de guarda, de crianças e adolescentes, órfão ou abandonado, conforme o art. 227.3º VI da constituição federal e art. 260, 2º do estatuto da criança e do adolescente.	Até R\$ 22.500,00 mil reais.
EIXO III	Para projetos socioeducativos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte, educação, cultura e lazer dirigido às crianças e adolescentes em regiões de maior vulnerabilidade social e/ou carência de espaços públicos e de lazer, que tenham como foco a inclusão social, ações preventivas e convivência comunitária e familiar.	Até R\$ 22.500,00 mil reais.
EIXO IV	Para projetos que propiciem a aprendizagem e qualificação profissional dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, com base na lei n.º 10.097/00, projetos estes que permitam a formação técnica profissional.	Até R\$ 22.500,00 mil reais.
EIXO V	Para projetos voltados à promoção, atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes em sofrimento intelectual, ou com deficiência, ou atraso de desenvolvimento.	Até R\$ 22.500,00 mil reais.
EIXO VI	Projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, visando a segurança alimentar e nutricional, conforme no art. 6º da constituição federal de 1988.	Até R\$ 22.500,00 mil reais

Fonte: Edital de chamamento CMDCA 2023

A proposta precisa abordar um dos seis eixos listados no Quadro 3. A instituição pode escolher a área de atuação ou os eixos descritos no edital com os quais tem maior familiaridade, seja para avançar em trabalhos já em andamento ou para expandir suas atividades. A instituição também pode adotar novas formas de atendimento, diversificando suas áreas de atuação.

#### 4.2 ANÁLISE DAS CAPTAÇÕES DE 2018 A 2021

Apesar de contar com 40 entidades inscritas atualmente, não foram todas que captaram recursos dentro do período destacado, de 2018 a 2021. Entre as instituições que não obtiveram nenhum recurso via edital, estão: Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC); Associação Beneficente Happy Face; Associação Beneficente Semeando Vida; Associação Casa Viva Container; Associação Criciúma de Futsal (ACF); Associação Desportiva Cestinhas Criciúma; Associação Desportiva de Handebol de Criciúma (ADHC); Associação Mente Livre Prevenção e Proteção à Saúde Mental; Associação *Team* Karatê; Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE Criciúma/SC); Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina (CIEE); Apoio Socioeducativo em meio aberto; Centro Educacional Pequeno Milagre; Centro Social Urbano Adolfo Lineburguer (CSU); Federação Catarinense de Basketball; GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional; Instituto Edson Luciano Ribeiro (INELUR); Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde (IDEAS); Legião da Boa Vontade (LBV), Rede Cidadã; RENAPSI - Rede de Aprendizagem, Promoção Social e Integração e UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense.

No quadro 04, é possível visualizar as entidades que captaram recursos, nos editais de 2018 a 2021 valor, e qual foi o ano de captação.

Quadro 4 – Entidades que captaram recursos de 2018 a 2021

Entidade/Programa	2018	2019	2020	2021
Associação Academia de Futebol Criciúma	20.000,00	54.984,00	12.500,00	35.000,00
Associação Beneficente ABADEUS		74.996,30	12.500,00	35.000,00
Associação Beneficente Nossa Casa		30.000,00	12.495,00	35.000,00
Associação Beneficente Sementes para o Futuro				35.000,00
Associação Criciumense de Handebol Feminino – ACRIHF de Criciúma/SC				34.808,00
Associação de Assistência Social Deus Provedor				35.000,00
Associação de Pais e Amigos do Autista da Região Carbonífera AMA-REC				35.000,00
APAE - Criciúma		54.905,55	12.500,00	35.000,00
Associação Desportiva Pé na Bola Cabeça na Escola	20.000,00	20.000,00	12.500,00	34.976,00
Associação Esporte Clube Metropol				35.000,00
AFASC - Criciúma	40.000,00	39.944,58	12.481,00	35.000,00
Associação Sul Catarinense de Karatê		55.000,00	12.500,00	35.000,00
Bairro da Juventude		73.156,90	11.987,36	34.899,00
Casa da Infância Associação Beneficente				34.920,00
Centro Social Marista Ir. Walmir	19.977,10	22.570,21	12.441,94	
Criciúma Esporte Clube				34.717,00
Casa GUIDO		33.740,00		35.000,00
Instituto de Educação Especial Diomício Freitas		46.790,50		35.000,00
Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul	40.000,00	55.000,00	12.500,00	35.000,00
<b>Totais das captações por editais</b>	<b>139.977,10</b>	<b>504.777,83</b>	<b>124.405,30</b>	<b>629.320,00</b>

Fonte: Adaptado de Criciúma (2024).

De 2018 a 2021, dezenove entidades OSCs foram beneficiadas trazendo desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, acolhimento, sob forma de guarda, de crianças e adolescentes, órfão ou abandonado, projetos socioeducativos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte, educação, cultura e lazer dirigido às crianças e adolescentes em regiões de maior vulnerabilidade social e/ou carência de espaços públicos e de lazer, que tenham como foco a inclusão social, ações preventivas e convivência comunitária e familiar, projetos que propiciem a aprendizagem e qualificação profissional dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, projetos voltados à promoção, atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes em sofrimento intelectual, ou com deficiência, ou atraso de desenvolvimento e projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, visando a segurança alimentar e nutricional.

#### 4.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

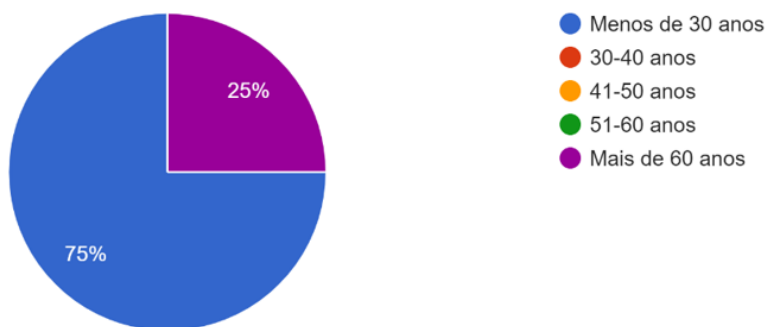
O questionário aplicado tem como objetivo analisar as percepções e práticas dos captadores de recursos das empresas inscritas no CMDCA de Criciúma. Entender como esses profissionais operam pode oferecer *insights* valiosos para melhorar as estratégias de captação de recursos e a eficácia dos projetos apoiados.



A pesquisa foi desenvolvida para compreender como é o processo de elaboração de projetos, qual o nível de dificuldade encontrado em interpretar o edital e como é realizado a escolha dos eixos dispostos no edital.

Para entender a trajetória das instituições em suas iniciativas voltadas para as crianças e adolescentes, foi analisada a distribuição do tempo de atuação em intervalos distintos: menos de 30 anos e mais de 60 anos. O gráfico 1 ilustra esses dados.

Gráfico 01 – Tempo de atuação da organização

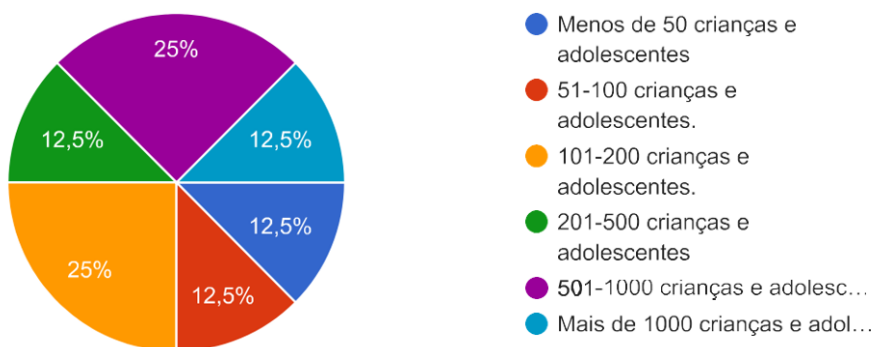


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nas respostas, 6 entidades, que correspondem a 75% do gráfico, disseram que atuam há menos de 30 anos, enquanto duas entidades, representadas por 25%, disseram estar atuando em prol das crianças há mais de 30 anos.

Para proporcionar uma visão clara do impacto das organizações na sociedade civil, foi questionado quantas crianças e adolescentes a entidade atende. O gráfico 02 ilustra a quantidade de crianças e adolescentes atendidos.

Gráfico 02- Quantas crianças e adolescentes a Organização atende



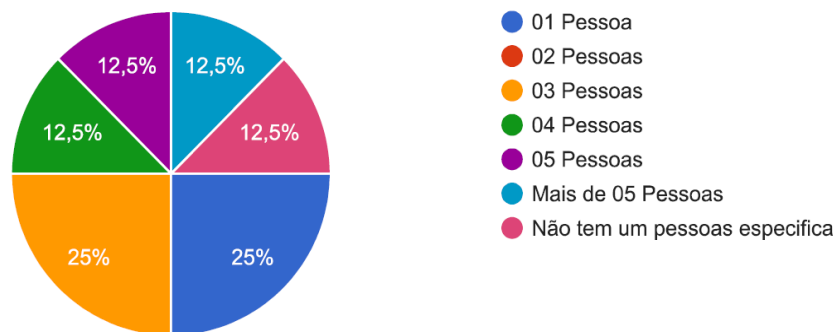
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Uma instituição, correspondente a 12,5% do gráfico, respondeu que atende mais de 1000 crianças e adolescentes, enquanto 25% responderam que atendem de 501 a 1000 crianças. 12,5% das organizações, disseram que assistem de 201 a 500 crianças. Outros 25% assinalaram que atendem de 101 a 200 crianças e adolescentes. Apenas uma instituição assinalou que atende de 51 a 100 crianças e adolescentes, representando no gráfico 12,5%. E uma organização respondeu que assiste a menos de 50 crianças e adolescentes.



Para entender melhor a estrutura das organizações no setor de elaboração de projetos, foi questionado a quantidade de pessoas envolvidas nesse processo. O gráfico 03 mostra a distribuição dessas pessoas entre equipes de 1 a 5 pessoas ou ausência de uma pessoa específica dedicada ao processo. 02 entidades (25%) responderam ter 1 pessoa responsável por isso, enquanto outros 25% afirmaram ter 3 pessoas destinadas a essa função. Os outros 50% ficaram divididos entre ter 4 pessoas, 5 pessoas, mais de 5 pessoas, ou não tem nenhuma pessoa específica para essa função dentro da organização.

Gráfico 03 – Número de pessoas envolvidas no projeto

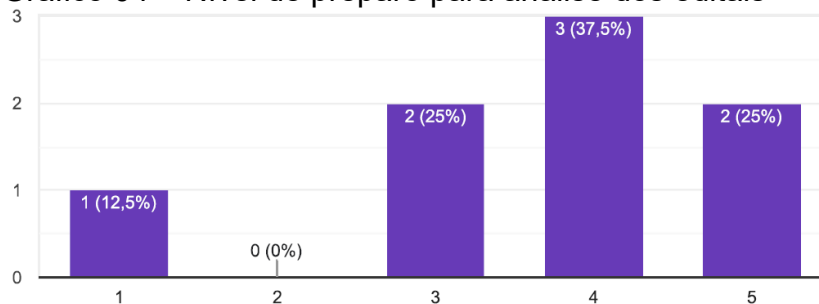


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Todas as organizações enfatizaram a importância do nível de instrução em ensino superior completo exigido das pessoas envolvidas no processo, destacando sua relevância para o desenvolvimento eficaz das tarefas atribuídas. Além disso, ressaltaram que todas as entidades estão devidamente cadastradas no GERR, garantindo transparência e conformidade com as regulamentações pertinentes. Essa medida visa não apenas aprimorar a qualidade do trabalho realizado, mas também a reforçar a credibilidade e a confiança nos processos organizacionais, promovendo um ambiente de atuação responsável e ética.

No processo de preparação para analisar os editais, é fundamental entender como as organizações se preparam para enfrentar esse desafio. Um método habitual de avaliação desse preparo é através da escala de classificação de 1 a 5. Explorando essa métrica em um contexto mais amplo, é possível observar como as organizações estão se adaptando e se aprimorando para lidar com a complexidade dos editais. O gráfico 04 ilustra essa distribuição.

Gráfico 04 – Nível de preparo para análise dos editais



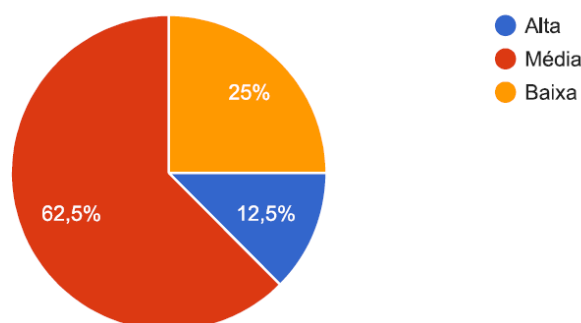
Fonte: Dados da pesquisa (2024)



Na questão em que era perguntado quanto de preparo as organizações têm para analisar os editais de chamamento, tendo como exemplo o edital nº 01/2023/CMDCA, onde 1 era nenhum preparo e 5 muito preparo, 2 entidades, ou seja, 25%, selecionaram que tem um nível 5 de preparo. 3 organizações, representando 37,5% do gráfico, assinalaram que tem um nível 4 de preparo para análise dos editais. 25% responderam que possuem um nível médio de preparo, ao assinalarem o nível 3. E por fim, uma entidade (12,5%) respondeu que não possuía nenhum preparo ao assinalar o nível 1.

Foi questionado o nível de dificuldades na interpretação dos editais. Para compreender o panorama do nível de dificuldade enfrentado na interpretação dos editais, foi necessário categorizar essas dificuldades em baixas, médias ou altas. Como ilustra o gráfico 05 ilustra essa distribuição.

Gráfico 05 – Nível de dificuldade na interpretação dos editais de chamamento.

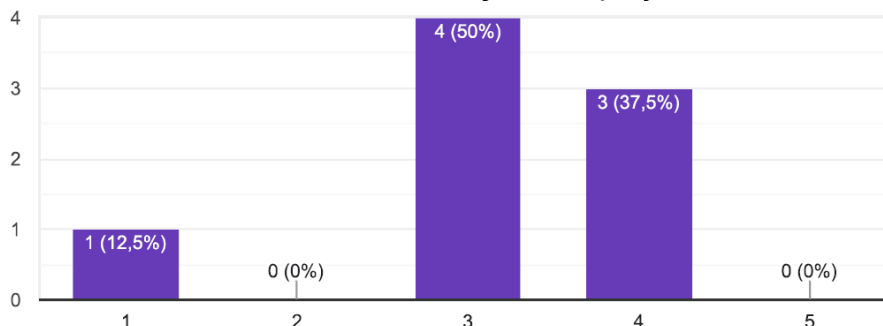


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Referente a complexidade encontrada na interpretação dos requisitos dos editais, 1 entidade (12,5%) respondeu que considera o nível de complexidade do edital é alta, 5 instituições assinalaram que o nível de dificuldade é médio, representando 62,5% do gráfico, e as duas entidades restantes (25%) responderam que consideram o nível de dificuldade baixo.

Entender a percepção das organizações sobre o processo de elaboração de projetos dos editais é crucial para avaliar o grau de dificuldade enfrentado nessa etapa. Utilizando uma escala de classificação de 1 a 5, pode-se visualizar como as organizações categorizam esse processo. O gráfico 06 apresenta essa distribuição. A questão abordava como era o processo de elaboração dos projetos.

Gráfico 06 – Processo de elaboração dos projetos



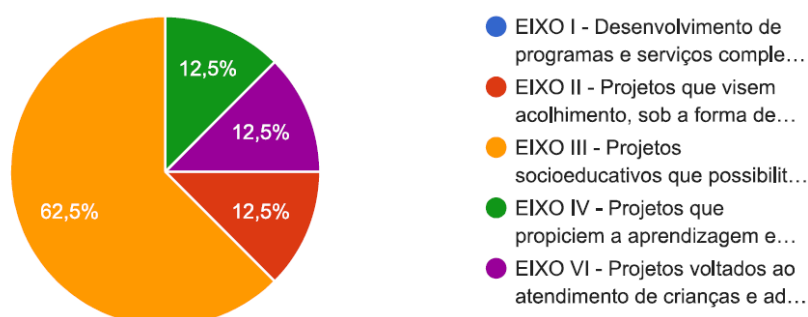
Fonte: Dados da pesquisa



Onde 1 era muito fácil e 5 difícil, 3 organizações (37,5%) assinalaram que o processo possui um nível 4 de dificuldade para elaboração, enquanto 4 entidades, representando 50% do gráfico, responderam que o nível de dificuldade é médio. Uma entidade (12,5%) assinalou que elaborar os projetos é muito fácil, selecionando o nível 1.

Identificar em qual dos eixos as organizações se enquadram nos editais é fundamental para avaliar suas áreas de atuação e especialização. O gráfico de número 07 ilustra essa distribuição. Quando questionadas sobre quais eixos eram escolhidos para elaborar o projeto, 62,5% assinalaram o eixo III, que representa projetos socioeducativos. As outras 3 entidades ficaram divididas entre os eixos II, IV e VI.

Gráfico 07 – Eixos escolhidos para elaboração do projeto



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Todas as organizações apresentaram um compromisso sólido em relação à agilidade e à responsabilidade na resposta às diligências, cumprindo-as com prontidão e eficácia. Ademais, cada uma delas se destacou ao prestar contas de forma satisfatória na plataforma GERR, dentro dos prazos estabelecidos pelo edital.

Essa resposta diligente e a prestação de contas eficaz não refletem apenas o profissionalismo e a seriedade das organizações envolvidas, mas contribuem também para fortalecer a transparência e a confiança no processo como um todo. O comprometimento evidenciado por todas as partes envolvidas é essencial para garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos, promovendo assim a integridade e a eficácia das operações dentro do contexto dos editais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações da sociedade civil exercem um papel fundamental na execução de atividades sociais, sem ter como objetivo o lucro. Neste sentido, o artigo buscou destacar a importância de compreender o nível de preparação e as dificuldades enfrentadas pelas OSCs ao lidarem com os editais de chamamento público e interpretarem os requisitos exigidos. A pesquisa demonstrou que muitas OSCs em Criciúma, atuantes em benefício das crianças e adolescentes, enfrentam desafios significativos na análise e interpretação dos editais, o que compromete sua capacidade de captar recursos de forma eficiente.

O objetivo geral do artigo foi atingido, na seção 4 do artigo, ao analisar as respostas do formulário, foi possível entender qual o nível de dificuldade e de preparação das organizações ao elaborarem um projeto para ser submetido no edital de chamamento. O primeiro objetivo específico foi alcançado quando todas as



entidades inscritas no CMDCA de Criciúma foram listadas. Ao identificar as OSCs que trabalham nessa área específica, foi constatado que a diversidade de organizações é ampla, entretanto, muitas delas carecem de capacitação adequada para elaborar projetos bem desenvolvidos.

O segundo objetivo específico foi atingido através das respostas do questionário, onde foi possível observar que os eixos temáticos mais procurados estão relacionados à educação, saúde e proteção social. As organizações, porém, frequentemente enfrentam dificuldades em escolher os eixos de inscrição por conta da falta de clareza nos critérios estabelecidos e à complexidade dos requisitos exigidos.

No terceiro objetivo específico, a análise dos procedimentos adotados pelas instituições para protocolar propostas no GERR revelou uma série de práticas variadas, mas também revelou a necessidade de maior padronização e suporte técnico. Referente as diligências, as organizações afirmaram que conseguem responder com rapidez e eficiência.

É possível observar na lista de entidades cadastradas no CMDCA, que embora haja um número significativo de organizações, quando se trata de captação de recursos, apenas a metade (19 instituições) tiveram seus projetos aprovados ao longo dos últimos anos

Conclui-se que, para melhorar o desempenho das organizações na captação de recursos, é primordial investir em capacitação contínua, fortalecer o apoio técnico durante o processo de elaboração e submissão de projetos, e simplificar os editais de chamamento público para que sejam mais acessíveis.

Como limitação desse estudo, é possível destacar a falta de material disponível com informações específicas referente ao CMDCA, com resoluções em muitos sites diferentes, ao invés de estarem unificados em um único endereço eletrônico. Na parte de coleta de dados, foi difícil conseguir contato com as instituições, e mesmo as que atendiam, não respondiam à pesquisa, limitando o material para análise.

A partir dessas limitações, sugere-se a futuros estudos que se aprofundem nos editais e enviem o formulário, caso o façam, com tempo hábil o suficiente para que as organizações possam ser contatadas e responderem com antecedência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; BONHO, Fabiana Tramontin. Contabilidade do terceiro setor. Contabilidade do terceiro setor. Porto, 2019.

BETTIOL JUNIOR, Alcides. Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).> Acesso em: 30 de agosto de 2023



BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1990. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 28. ago. 2023.

Brasil. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2023

Brasil. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm)>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

BRASIL. Código, 2002. Código Civil. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 28. ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.101, 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm>> Acesso em: 28/08/2023

Brasil. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)> Acesso em: 30/08/2023

Brasil. Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017. Dispõe sobre a apuração e tributação do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268>> Acesso em: 30/08/2023

CAMPOS, LUCILA MARIA DE SOUZA; BOEING-DA-SILVEIRA, Ricardo; MARCON, Rosilene. Elementos do marketing na captação de recursos do terceiro setor. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 8, n. 3, p. 104-127, 2007.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor:



uma abordagem à relevância da contabilidade. Sociedade, contabilidade e gestão, v. 6, n. 2, 2011.

CARVALHO, Nanci Valadares de. "O terceiro sujeito: um novo ator para um velho cenário." Desafios da Globalização. Petrópolis, RJ: Vozes (1997): 199-214.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC e SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. STN: Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 2010.

CRUZ, Célia. Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. REVISTA FILANTROPIA. São Paulo, julho/agosto de, 2002.

DA COSTA, Simone Alves. Contabilidade financeira. Editora Senac São Paulo, 2020

DA SILVA MONTEIRO, Sônia Maria. Manual de contabilidade financeira. Vida Economica Editorial, 2013.

DE ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. Terceiro setor. Summus Editorial, 2006.

DE FREITAS, Evaldo et al. O TERCEIRO SETOR E A CONTABILIDADE. Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, 2019.

FALCONER, Andres Pablo. A promessa do terceiro setor. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. In: Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. 1994. p. 156-156.

FLACH, Leonardo. Captação de recursos e práticas organizacionais no Terceiro Setor. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, a, v. 7, p. 143-177, 2011.

França, José Antonio; Andrade, Álvaro Pereira [et al.]. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: 2015.

Onde encontrar: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_Terceiro-Setor.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Terceiro-Setor.pdf)

FRELLER, Michel. Fontes e estratégias de captação de recursos. Gestão de organizações da sociedade civil, p. 99, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.



INSTITUTO FONTE: Disponível em: <[www.institutofonte.org.br](http://www.institutofonte.org.br)> Acesso em 03 de junho de 2023

ISUANI, Ernesto Aldo. Três enfoques sobre o conceito de Estado. Revista de Ciência Política, v. 27, n. 1, p. 35-48, 1984.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade. 3ª edição, São Paulo: ed. 2002.

MAÑAS, Antonio Vico; DE MEDEIROS, Epitácio Ezequiel. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 3. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 978-85-970-0359-8.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo; MARTINS, Gilberto de Andrade. A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 2004.

NASCIMENTO, Diogo Toledo; OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor). São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Eider Arantes; GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa. O Terceiro Setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as Organizações Sociais. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 4, n. 3, 2015

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração pública, concessões e terceiro setor. 3. Rio de Janeiro Método.1 recurso online ISBN 978-85-309-6195-4, 2014.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de administração pública, v. 43, p. 1343-1368, 2009.

ROCHA VALENCIA, Luz Amira; QUEIRUGA, Dolores; GONZÁLEZ-BENITO, Javier. Relationship between transparency and efficiency in the allocation of funds in nongovernmental development organizations. VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 26, p. 2517-2535, 2015.

ROTHGIESSER, Tanya L. Sociedade civil brasileira e o terceiro setor. 2007.

SANTOS, Yone da Costa; NEGRÃO, Keila Regina Mota; SABOYA, Sabrina Machado Petrola. Estratégias para captação de recursos no terceiro setor: um estudo multicase aplicado na Apae Belém e Apae Barcarena. Revista de Administração e Contabilidade–RAC, v. 5, n. 10, p. 175-213, 2018.



SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. Revista de administração pública, v. 44, p. 1301-1325, 2010.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Editora FGV, 2015.